

TERMO DE REFERÊNCIA

Informações Primárias:

Órgão Requerente: 08.002 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS.	Descrição de Categoria de Investimento: (X) aquisição (X) contratação de serviço
--	--

Modalidade e tipo de licitação:

(x) Dispensa de licitação. Amparo legal: Lei Federal 14.133/2021 Artigo 75, Inciso IV alínea a.
--

Fundamentação legal

A Lei 14.133/2021. Decreto municipal Nº 951/2024
--

1. DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviços de revisão periódica programada para veículos da marca Fiat pertencentes à frota da secretaria municipal de obras e serviços públicos, conforme as especificações e condições estabelecidas neste documento: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO PERIÓDICA PROGRAMADA PARA O VEÍCULO FIAT STRADA PLACA: SQH-4C56, INTEGRANTE DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, VISANDO A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PUBLICOS EXECUTADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA MT.**

2. VIGENCIA DO CONTRATO:

O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade.

3. PRAZO DE ENTREGA:

O procedimento deverá ser finalizado observando o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir do recebimento do veículo no pátio da concessionária.

4. JUSTIFICATIVA:

A contratação dos serviços de revisão periódica para o veículo integrante da frota do Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município, lotado na secretaria municipal de obras e serviços públicos, justifica-se pela necessidade de assegurar sua adequada conservação, segurança operacional e pleno desempenho, considerando a natureza estratégica das atividades desempenhadas pela unidade. As revisões programadas, executadas conforme o cronograma estabelecido pelo fabricante, constituem condição essencial para preservar a garantia de fábrica, manter a confiabilidade mecânica do veículo e evitar falhas que possam comprometer a atuação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos em situações de prevenção, monitoramento, apoio operacional, resposta a ocorrências e atendimento de demandas emergenciais ou de interesse coletivo.

O veículo objeto da presente contratação é indispensável ao regular funcionamento das atividades do departamento, pois constitui meio operacional necessário para o deslocamento de servidores e equipes técnicas, realização de vistorias, acompanhamento de áreas de risco, apoio em situações de emergência, transporte de materiais, fiscalização de ocorrências e suporte às ações desenvolvidas pela secretaria municipal de obras e serviços públicos. A disponibilidade do veículo impacta diretamente a capacidade de resposta do município em situações que exigem atuação rápida, segura e eficiente, especialmente em períodos chuvosos, eventos climáticos adversos, ocorrências em vias públicas, apoio a comunidades afetadas e demais atividades externas que dependem de deslocamento tempestivo. Assim, a realização das revisões periódicas não se limita à conservação patrimonial do bem, mas representa medida essencial para assegurar a continuidade das atividades, reduzir riscos operacionais, evitar paralisações e garantir que o município disponha de estrutura mínima adequada para atuar em situações de risco, prevenção e proteção da população.

Ressalta-se que a presente contratação possui caráter pontual e imediato, contemplando exclusivamente a revisão veicular identificada como necessária a partir do levantamento da frota e da proximidade do atingimento da quilometragem crítica para manutenção da garantia de fábrica. As demais revisões programadas, embora já mapeadas no planejamento da administração, poderão ser objeto de contratação futura por meio de solução mais ampla e integrada para a gestão da manutenção da frota municipal, atualmente em fase de estruturação. Tal medida visa assegurar a continuidade do serviço público e a preservação da garantia do veículo, sem prejuízo ao planejamento adequado das contratações subsequentes.

O Estudo Técnico Preliminar analisou alternativas de atendimento da necessidade e concluiu que a contratação de concessionária autorizada do fabricante é a solução mais adequada, pois garante a utilização de peças originais, mão de obra qualificada, procedimentos técnicos padronizados e registro formal da revisão, reduzindo riscos de falhas mecânicas e de questionamentos futuros quanto à cobertura de garantia. A solução será concretizada por meio de dispensa eletrônica de licitação, com fundamento no art. 75, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Além disso, por se tratar de serviço de manutenção de veículo automotor, deve-se observar o disposto no art. 75, alínea a, da mesma Lei, que prevê a aquisição de bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia. Tal enquadramento reforça a legalidade da solução, sem afastar a necessidade de controle administrativo para evitar fracionamento indevido da despesa, razão pela qual a contratação foi planejada com estimativa compatível com a demanda efetiva, identificação do veículo, vinculação à secretaria demandante e controle da ordem de serviço a ser emitida. Adicionalmente, essa solução minimiza riscos jurídicos, operacionais e financeiros, assegurando previsibilidade nos custos de manutenção e alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021.

Por fim, a demanda é amparada por levantamento da frota, verificação da necessidade de revisão e estimativa de valor compatível com o serviço a ser executado, apontando a existência de veículo pertencente ao Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, vinculado à secretaria municipal de obras e serviços públicos, elegível à revisão conforme o plano de manutenção do fabricante. A contratação, portanto, busca garantir a plena disponibilidade operacional do veículo, preservar o patrimônio público, manter a garantia de fábrica e assegurar melhores condições para que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos municipal desempenhe suas atribuições de prevenção, resposta e apoio à população.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução consiste na contratação de empresa integrante da rede autorizada Fiat para a realização da revisão periódica programada de 10.000 km do veículo Fiat Strada Freedom, placa SQH-4C56, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, em estrita observância ao plano de manutenção, aos procedimentos técnicos e às condições de garantia estabelecidas pela fabricante.

A contratação deverá abranger, de forma integrada e indissociável, a execução da mão de obra especializada, o fornecimento das peças, filtros, lubrificantes e demais insumos originais ou homologados exigidos para a revisão, bem como o registro formal dos serviços no sistema da fabricante ou na caderneta de manutenção do veículo.

A adoção dessa solução tem por finalidade assegurar a preservação da garantia de fábrica, a rastreabilidade das intervenções realizadas, a segurança operacional do veículo, a conservação do patrimônio público e a continuidade das atividades desempenhadas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

5.1. Etapas de execução da solução

A execução terá início com a confirmação da quilometragem do veículo e da necessidade da revisão, mediante consulta aos controles administrativos de gestão da frota e ao plano de manutenção da fabricante.

Confirmada a necessidade, a Administração realizará o agendamento prévio junto à concessionária autorizada e providenciará o deslocamento do veículo por servidor formalmente designado. Caso seja indispensável o transporte por guincho ou autosocorro, a providência deverá ser adotada por meio de instrumento próprio, não integrando o objeto desta contratação.

O planejamento logístico deverá ser realizado de modo a reduzir o período de indisponibilidade do veículo e assegurar que a revisão ocorra dentro do intervalo de quilometragem e do prazo estabelecidos pela fabricante, evitando risco de comprometimento da garantia.

5.2. Execução dos serviços

Após o recebimento do veículo pela contratada, a revisão deverá ser concluída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo ocorrência excepcional devidamente justificada e imediatamente comunicada à Administração.

A contratada deverá observar integralmente os procedimentos técnicos estabelecidos pela fabricante, utilizando exclusivamente peças, componentes, filtros, lubrificantes e insumos originais ou homologados, compatíveis com o modelo e com a quilometragem do veículo.

Não será admitida a execução de serviços adicionais, a substituição de componentes ou o fornecimento de itens não previstos no orçamento aprovado sem a apresentação prévia de diagnóstico técnico, orçamento complementar e autorização expressa da Administração.

A execução de serviço ou fornecimento adicional sem autorização prévia não gerará obrigação de pagamento pelo Município.

5.3. Documentação da revisão

Concluída a revisão, a contratada deverá apresentar:

- I — relatório técnico detalhado dos serviços executados;
- II — discriminação da mão de obra empregada;
- III — relação das peças, filtros, lubrificantes e demais insumos utilizados ou substituídos;
- IV — comprovação do registro da revisão no sistema oficial da fabricante ou na caderneta de manutenção do veículo;
- V — documento de garantia dos serviços executados e dos componentes fornecidos, quando aplicável;
- VI — nota fiscal correspondente aos serviços e fornecimentos efetivamente realizados.

Os documentos deverão conter informações suficientes para permitir a conferência da execução, a verificação da compatibilidade dos valores cobrados e a preservação do histórico de manutenção do veículo.

5.4. Retirada e conferência do veículo

No momento da retirada, o servidor designado deverá realizar a conferência inicial das condições gerais do veículo, verificando:

- I — a existência de eventuais avarias aparentes;
- II — o adequado funcionamento do veículo;
- III — o preenchimento dos registros da revisão;
- IV — a entrega do relatório técnico e dos demais documentos pertinentes;
- V — a correspondência entre os serviços executados e aqueles autorizados pela Administração.

Qualquer irregularidade deverá ser registrada e comunicada imediatamente ao fiscal da contratação.

5.5. Fiscalização e recebimento

Após o retorno do veículo ao Município, o fiscal deverá realizar a conferência técnica e administrativa da execução, confrontando:

- I — a ordem de serviço;
- II — a proposta aprovada;
- III — o relatório técnico da contratada;

IV — a relação de peças e insumos utilizados;

V — o registro da revisão no sistema ou na caderneta da fabricante;

VI — a nota fiscal apresentada.

A fiscalização deverá verificar se:

a) a revisão executada corresponde à quilometragem programada;

b) os serviços realizados estão de acordo com o plano de manutenção da fabricante;

c) as peças e os insumos utilizados são originais ou homologados;

d) os valores cobrados correspondem aos valores previamente aprovados;

e) não houve inclusão de serviços ou fornecimentos sem autorização;

f) o registro da revisão foi realizado de forma adequada, preservando a garantia de fábrica;

g) o veículo foi devolvido em condições regulares de funcionamento e sem avarias decorrentes da execução.

Constatada a conformidade, o fiscal realizará o atesto da documentação fiscal e encaminhará o processo para liquidação e pagamento.

Caso sejam identificadas falhas, divergências, cobranças indevidas, ausência de documentos, utilização de materiais incompatíveis ou qualquer outra desconformidade, a contratada será formalmente notificada para promover a correção, ficando o recebimento definitivo e o pagamento condicionados ao saneamento da pendência.

5.6. Resultado final da solução

A solução será considerada integralmente executada somente após:

I — a conclusão da revisão programada;

II — o fornecimento dos componentes e insumos previstos;

III — o registro formal da revisão perante a fabricante;

IV — a devolução do veículo em condições adequadas de uso;

V — a apresentação de toda a documentação exigida;

VI — a verificação da conformidade pela fiscalização;

VII — o recebimento definitivo do objeto.

A solução contempla, portanto, não apenas a execução material da revisão, mas também a preservação da garantia de fábrica, a responsabilidade técnica da contratada, a rastreabilidade dos serviços, o controle administrativo da despesa e a adequada gestão do ciclo de vida do veículo.

A realização tempestiva da revisão contribui para prevenir falhas mecânicas, reduzir despesas com manutenções corretivas, ampliar a vida útil dos componentes, preservar o valor patrimonial do bem e assegurar a continuidade dos serviços públicos.

Dessa forma, a solução mostra-se tecnicamente adequada e economicamente justificável, por atender à necessidade administrativa com segurança, eficiência, planejamento, economicidade e preservação do patrimônio público, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Execução em concessionária autorizada: a revisão deve ocorrer exclusivamente em concessionária autorizada da marca do veículo, devidamente credenciada pelo fabricante.

Manutenção integral da garantia de fábrica: a contratada deve assegurar que a garantia de fábrica dos veículos será integralmente preservada, sem qualquer restrição decorrente da execução dos serviços.

Registro formal da revisão: todas as revisões devem ser registradas formalmente em sistema próprio, caderneta de manutenção ou outro meio oficial exigido pelo fabricante, permitindo rastreabilidade e controle.

Profissionais qualificados: os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e treinados pelo fabricante ou pela rede autorizada, comprovando mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica.

Instalações adequadas: a contratada deverá possuir instalações físicas compatíveis com a execução de serviços em veículos da marca correspondente, incluindo equipamentos e ferramental apropriados.

Cumprimento de prazos de execução: os serviços devem ser concluídos nos prazos definidos pelo fabricante para cada revisão, evitando atrasos que possam comprometer a garantia.

Responsabilidade técnica: a contratada assume integral responsabilidade técnica pelos serviços executados, respondendo por eventuais falhas decorrentes de execução inadequada.

Permissão para fiscalização: a contratada deve permitir a fiscalização dos serviços pela Administração, garantindo acesso às informações e registros relacionados à execução contratual.

Observância das normas técnicas: todos os serviços deverão atender às normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao setor automotivo, assegurando conformidade com padrões de segurança, qualidade e meio ambiente.

6.1 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no presente procedimento de dispensa de licitação, a empresa a ser contratada deverá apresentar, no mínimo, a seguinte documentação:

- a)** Ato constitutivo, contrato social, estatuto ou documento equivalente, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado das alterações posteriores ou da consolidação vigente;
- b)** Documento de identificação do proprietário, sócio administrador ou representante legal da empresa;
- c)** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ, com atividade econômica compatível com o objeto da contratação;
- d)** Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e)** Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- f)** Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- g)** Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- h)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa;
- i)** Comprovação de regularidade perante o fabricante, demonstrando que a empresa é concessionária autorizada ou integrante da rede autorizada Fiat, apta à execução de revisões periódicas programadas;
- j)** Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto da contratação;
- k)** Proposta comercial detalhada, contendo a descrição dos serviços, valores unitários, condições de execução, prazo de validade da proposta e demais informações necessárias à análise da compatibilidade do preço com o mercado.

A documentação exigida tem como objetivo comprovar que a futura contratada possui regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e capacidade técnica suficiente para executar o objeto, especialmente por se tratar de serviço vinculado à preservação da garantia de fábrica dos veículos e à observância dos padrões técnicos da montadora.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Considerando o caráter pontual e imediato da presente contratação, restrita à realização das revisões veiculares mais urgentes em um veículo, a execução do objeto será realizada de forma direta e individualizada:

A execução observará o seguinte fluxo operacional:

Formalização da contratação e solicitação do serviço: Após a formalização do instrumento contratual, a administração emitirá ordem de serviço, conforme a necessidade identificada no levantamento da frota. Cada solicitação conterá a identificação do veículo, quilometragem e tipo de revisão a ser executada.

Encaminhamento do veículo à concessionária autorizada: O veículo será deslocado até a concessionária autorizada da respectiva marca, por servidor designado ou, quando necessário, mediante utilização de serviço de guincho/autosocorro. O encaminhamento ocorrerá de forma planejada, com agendamento prévio, a fim de evitar indisponibilidade desnecessária da frota.

Execução do serviço: Recebido o veículo, a concessionária deverá realizar a revisão programada conforme o plano de manutenção do fabricante, com utilização de peças originais e observância dos procedimentos técnicos exigidos. O prazo para execução será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do ingresso do veículo nas dependências da concessionária, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas.

Faturamento e pagamento: Os serviços serão faturados após a efetiva execução e mediante apresentação de documentação comprobatória, incluindo relatório dos serviços realizados e registro da revisão, assegurando a rastreabilidade e a manutenção da garantia.

Gestão e fiscalização: A gestão e fiscalização da contratação caberão a servidor formalmente designado, responsável pelo controle das ordens de serviço, acompanhamento da execução, verificação do cumprimento dos prazos e validação da conformidade técnica dos serviços prestados.

Justificativa do modelo adotado

O modelo de execução direta e pontual mostra-se o mais adequado ao caso concreto, tendo em vista:

O quantitativo reduzido de veículos;

A urgência na realização das revisões para preservação da garantia;

A necessidade de celeridade procedimental.

O modelo de execução proposto assegura a realização tempestiva das revisões, a preservação da garantia dos veículos e a continuidade dos serviços públicos, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL:

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

8.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

8.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

8.2.3. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

8.2.4. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial na forma eletrônica, via e-mail, e anotações.

8.3. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, civis, acidentários e tributários resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.3.1. A inadimplência da contratada em relação aos encargos ou indenizações não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A seleção do fornecedor observou os princípios da legalidade, isonomia, eficiência e vantajosidade à administração pública, considerando a capacidade técnica e a aderência da solução às exigências descritas neste termo de referência.

Para tanto, foram observados os seguintes critérios:

9.1. Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista: O contratado atende às exigências usuais de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista previstas em lei, conforme estabelecido no edital.

9.2. Qualificação Técnica: Foi solicitado à empresa proponente:

a) A apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto ora licitado, especificamente em prestação de serviços de revisões periódicas programadas pelo fabricante.

9.3. Critérios de escolha do fornecedor

Considerando que a contratação será realizada de forma direta, mediante dispensa de licitação, não haverá etapa competitiva, disputa por lances ou atribuição de pontuação entre propostas. A escolha do fornecedor deverá ser devidamente motivada, nos termos do art. 72, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021, com base na aptidão técnica da empresa, na compatibilidade do preço proposto com os valores praticados no mercado e na vantajosidade da solução para a Administração.

Para a execução do objeto, será exigido que a empresa comprove sua condição de concessionária ou integrante da rede autorizada da fabricante Fiat, estando regularmente habilitada a realizar a revisão periódica programada do veículo Fiat Strada, placa SQH-4C56, com utilização de peças, componentes, lubrificantes e insumos originais ou homologados, bem como a registrar formalmente os serviços no sistema ou na caderneta de manutenção da fabricante, de modo a preservar a garantia de fábrica.

A escolha deverá considerar, ainda, a localização da concessionária, a distância a ser percorrida, os custos e riscos relacionados ao deslocamento do veículo, o prazo para execução do serviço e a necessidade de evitar sua indisponibilidade prolongada.

Conforme levantamento realizado pela Administração, a concessionária autorizada localizada a aproximadamente 90 km do Município de Cláudia/MT apresenta-se como a alternativa operacionalmente mais adequada, por reunir as condições técnicas exigidas pela fabricante, possibilitar o registro oficial da revisão, assegurar a preservação da garantia de fábrica e reduzir os custos e riscos decorrentes de deslocamentos para localidades mais distantes.

A contratação ficará condicionada à comprovação documental da condição de integrante da rede autorizada Fiat, da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica da empresa, da compatibilidade do preço proposto com o mercado e da vantajosidade logística e operacional, devendo tais elementos constar expressamente da razão da escolha do contratado e da justificativa do preço.

10. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

10.1. Descrição geral do serviço

A contratação abrangerá a execução das revisões periódicas programadas do veículo da marca Fiat pertencente à frota da secretaria municipal de obras e serviços públicos. A revisão deverá ser realizada exclusivamente em concessionária autorizada, conforme requisitos estabelecidos no presente processo. Os serviços a serem executados em cada ciclo de revisão deverão seguir integralmente o plano de manutenção do fabricante, incluindo todos os procedimentos de inspeção, substituição de peças e lubrificantes, ajustes e calibrações necessários para preservar a garantia de fábrica e a segurança veicular;

Todas as revisões devem observar as listas de verificação e intervalos de quilometragem definidos pelo manual dos modelos atendidos, garantindo a utilização de peças e insumos originais, corpo técnico qualificado e cumprimento aos prazos estabelecidos.

Observações:

Unidade de medida: cada revisão é medida por unidade (UN), correspondendo à execução completa da manutenção prevista para a quilometragem indicada.

Quantidade: Constata-se a existência de um veículo do fabricante Fiat elegível às revisões, conforme o descritivo abaixo:

SERVIÇO	UN	QTD
MÃO DE OBRA REFERENTE A REVISÃO PERIÓDICA PROGRAMADA 10.000 KM VEÍCULO FIAT STRADA PLACA: SQH-4C56 CONFORME O CRONOGRAMA E DESCRITIVO TÉCNICO E OPERACIONAL DA MONTADORA. INCLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA.	UN	01
PEÇAS RELACIONADAS A REVISÃO PERIÓDICA PROGRAMADA AOS 10.000 QUILOMETROS PARA O VEÍCULO FIAT STRADA PLACA: SQH-4C56, INTEGRANTE DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.	UN	01

Inclusões no preço: os valores unitários devem contemplar mão de obra, peças e insumos necessários ao cumprimento do protocolo do fabricante, bem como registros e garantia de serviço. Custos de deslocamento do veículo e de eventual serviço de guincho serão objeto de contratação específica, quando aplicável.

Adequação às normas: a contratada deverá atender às normas técnicas e regulamentares aplicáveis, incluindo legislação ambiental sobre descarte de resíduos automotivos e padrões de segurança.

As especificações supracitadas asseguram a clareza do objeto, a mensuração correta dos serviços e a aderência às exigências legais e técnicas que regem a manutenção de veículos em garantia.

10. DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO:

CÓDIGO	COD. TCE	SERVIÇO	UN	QTD	VALOR TOTAL
61978	332488-5	REVISÃO PERIÓDICA PROGRAMADA 10.000 KM VEÍCULO FIAT STRADA PLACA: SQH-4C56 CONFORME O CRONOGRAMA E DESCRITIVO TÉCNICO E OPERACIONAL DA MONTADORA. INCLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA.	UN	01	R\$ 920,00
61995	225745-9	PEÇAS RELACIONADAS A REVISÃO PERIÓDICA PROGRAMADA AOS 10.000 QUILOMETROS PARA O VEÍCULO FIAT STRADA PLACA: SQH-4C56, INTEGRANTE DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.	UN	01	R\$ 1.760,86

Total: R\$ 2.680,86

11. DA PESQUISA DE PREÇOS E DA JUSTIFICATIVA DO VALOR ESTIMADO

Para a formação do valor estimado da contratação, foram observados os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 50 do Decreto Municipal nº 951/2024, mediante a utilização de parâmetros compatíveis com a natureza, as especificações técnicas e as condições de execução do objeto.

A pesquisa de preços teve por finalidade verificar a compatibilidade dos valores propostos com aqueles praticados no mercado, bem como demonstrar a razoabilidade, a economicidade e a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

Foram utilizados os seguintes parâmetros de pesquisa:

a) orçamento formal emitido por empresa integrante da rede autorizada da fabricante Fiat, contendo a discriminação dos serviços, da mão de obra, das peças, dos lubrificantes, dos filtros e dos demais insumos necessários à realização da revisão periódica programada de 10.000 km do veículo Fiat Strada Freedom, placa SQH-4C56;

b) consulta a bases públicas oficiais, especialmente ao Radar de Controle Público do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso — TCE/MT e ao Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, com análise de contratações realizadas por outros órgãos e entidades públicas para objetos de natureza semelhante;

c) análise comparativa dos preços coletados, consideradas as particularidades do veículo, a quilometragem da revisão, o plano de manutenção estabelecido pela fabricante, os serviços obrigatórios, as

peças e os insumos previstos, bem como a necessidade de execução em concessionária autorizada para preservação da garantia de fábrica.

Na análise dos dados obtidos, verificou-se que algumas contratações realizadas por outros entes públicos apresentaram valores superiores ao estimado neste processo. Essa diferença decorre, em especial, da diversidade de modelos de veículos, da quilometragem das revisões, da abrangência dos serviços contratados e da inclusão de reparos corretivos, peças adicionais ou intervenções não previstas na revisão periódica objeto desta contratação.

A presente contratação limita-se à revisão obrigatória de 10.000 km, compreendendo a mão de obra, as peças, os filtros, os lubrificantes, os insumos e as inspeções ordinariamente previstos no plano de manutenção da fabricante. Não estão incluídos reparos corretivos, substituições extraordinárias ou serviços adicionais que não tenham sido previamente identificados e expressamente autorizados pela Administração.

Eventuais serviços ou fornecimentos não contemplados na proposta inicial somente poderão ser executados após a apresentação de diagnóstico técnico, orçamento específico e autorização formal da Administração, vedada a realização de despesas adicionais sem prévia aprovação.

A estimativa foi definida mediante análise crítica dos preços coletados, com a exclusão de referências incompatíveis ou que apresentassem objetos substancialmente distintos, preservando-se os parâmetros que guardam correspondência com as características e condições da presente contratação.

Diante dos elementos constantes dos autos, conclui-se que o valor estimado de **R\$ 2.680,86 (dois mil seiscientos e oitenta reais e oitenta e seis centavos)** mostra-se razoável e compatível com os preços praticados para a execução do objeto, atendendo aos princípios do planejamento, da economicidade, da eficiência e da vantajosidade.

Os documentos utilizados na pesquisa, incluindo orçamento, relatórios de consulta, registros das bases públicas e memória de cálculo, integram o processo administrativo e servem de suporte à estimativa da despesa e à justificativa do preço.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados pontualmente 10 (dez) dias úteis após a emissão da referida nota fiscal e a aprovação da mesma pela administração.

12.2 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

12.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

12.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

12.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.8. A emissão da Nota Fiscal/ atestada pelo fiscal de contrato do objeto da contratação, conforme disposto no T.R - Termo de Referência, acompanhada de relatório do objeto realizado.

a) O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

b) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.9. O Preço:

a) O valor referencial total da contratação é de R\$ 2.680,86 (dois mil seiscentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos).

b) No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

c) O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;

2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13. DA DOTAÇÃO:

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SMOSP

(308) 08.001.04.122.0002.2052.3.3.90.00.00.00

Fonte de recurso: 1.500.000.0000

14. DAS OBRIGAÇÕES DA PARTES:

DA CONTRATANTE:

14.1. Caberá à CONTRATANTE supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos, bem como:

- a) Notificar, por escrito e verbalmente, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta;
- e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;
- f) Efetuar o pagamento devido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

g) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;

h) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;

i) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;

j) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

14.2 DA CONTRATADA

14.1. Caberá à CONTRATADA responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratual, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como:

a) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, tomando as devidas providências para correção;

b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE;

c) Dispor de quadro de pessoal, equipamentos e estrutura tecnológica suficientes para garantir a execução do objeto;

d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

e) Assumir a responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, civis, acidentários e tributários, decorrentes da execução do presente CONTRATO, sendo que a inadimplência da CONTRATADA com referência a esses encargos não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

f) Refazer, reparar, corrigir, remover às suas expensas, conforme determinação do gestor, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. As providências necessárias serão determinadas pelo representante do CONTRATANTE ao preposto indicado pela CONTRATADA;

15. DAS SANÇÕES:

15.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar na aplicação de sanções.

15.2. A CONTRATADA poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações administrativas:

- a)** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Dar cauda à inexecução total do contrato;
- d)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.3. Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas acima as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156, Lei Federal nº 14.133/2021:

- a)** Advertência;
- b)** Multa;
- c)** Impedimento de licitar e contratar;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

15.4. As sanções previstas neste CONTRATO são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo CONTRATADO.

15.4.1. Fica garantido à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada na forma como foi apresentada.

15.5. Quaisquer multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas de qualquer fatura ou crédito existente do CONTRATANTE em favor da CONTRATADA ou, ainda, cobrada judicialmente.

15.6. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Cadastro do Fornecedor.

16. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

Fiscal titular do contrato

Nome do Servidor: Sheila Yotzchetz

Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Claudia MT, 03 de julho de 2026.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Sheila Yotzchetz

Analista Administrativo

CIENTE:

Altamir Kurten

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos